

“Portugal depende da iniciativa privada”

“É preciso começar a pensar em formas de reanimar o tecido económico e de garantir níveis altos de empregabilidade a curto prazo, para evitar que o país perca, novamente, mais meia década.” “Mas não pode ser com soluções estatizantes: Portugal depende da iniciativa privada”, afirma Nuno Cerejeira Namora, fundador e sócio principal da sociedade de advogados Cerejeira Namora, Marinho Falcão.

Relativamente aos apoios europeus, “o Estado não pode ficar para si com as verbas da denominada ‘bazuca’, e tem de as saber injetar na economia”, acrescenta o advogado especialista em Direito do Trabalho.

Vida Económica - Qual a importância da atividade em Lisboa para a Cerejeira Namora, Marinho Falcão?

Nuno Cerejeira Namora - A grande advocacia, os grandes processos e os grandes negócios continuam a localizar-se na capital, apesar dos esforços que temos feito nas últimas décadas para contrariar essa tendência. E, portanto, Lisboa é incontornável para a estratégia de crescimento de uma sociedade de advogados. A este propósito, o nosso percurso acaba por ser atípico, na medida em que, normalmente, as sociedades iniciam a sua atividade em Lisboa e depois abrem escritórios no Norte. Nós estamos apostados em fazer o percurso inverso, alargando agora a operação em escala a Sul depois de já termos “conquistado” o Norte.

Claro que este projeto não surge do nada: antes, é o resultado de termos medido o pulso aos nossos clientes e termos sentido que existe da parte deles uma necessidade crescente de uma resposta mais rápida e mais exigente em Lisboa, onde, aliás, a nossa atividade tem vindo a crescer consistentemente ao longo dos últimos anos. Alentar esta operação em plena pandemia e no início de uma duríssima crise económica e social que se antevê é um “plus”, que demonstra bem a resiliência e o empenho na criação de valor junto dos nossos clientes com uma aposta firme na proximidade.

VE - Em que áreas de especialização a sociedade tem vindo a apostar?

NCN - Os dois eixos fundamentais da Cerejeira Namora, Marinho Falcão são, historicamente, o Laboral e o Fiscal. No entanto, hoje podemos afirmar com segurança que temos equipas preparadas e com experiência transversal em todas as áreas do Direito e setores de atividade, capazes de apoiar os nossos clientes com uma visão de 360°. Exemplos disso mesmo são as crescentes e fortes apostas no Corporate, Público e Digital, Privacidade e Tecnologia. Também no Civil, nas Insolvências e Recuperação de Créditos e na Nacionalidade e Imigração temos sentido crescimentos assinaláveis. Em todo o caso, aquilo que nos move é continuarmos a ser cada

vez mais criativos, inovadores e ousados na forma como chegamos aos nossos clientes e no modo como contribuimos para aquilo que são as suas necessidades.

VE - Que balanço faz das alterações legislativas que surgiram para mitigar os efeitos da pandemia?

NCN - É difícil fazer um balanço quando parece que ainda não chegámos ao fim do jogo. A verdade é que os últimos meses conheceram uma produção legislativa sem igual, um verdadeiro novo ordenamento jurídico repleto de revogações e publicações, intrincado e difícil de acompanhar para qualquer profissional forense. O certo é que a maioria destas alterações legislativas correspondem a leis temporárias, de resposta a uma situação de exceção, de emergência, e, por conseguinte, destinadas a, mais cedo ou mais tarde, desaparecerem do manto normativo.

O Governo tem tentado, sem êxito, fazer um equilíbrio entre a limitação do crescimento exponencial da pandemia e a destruição económica. Atendendo ao que aconteceu nas últimas semanas, parece que não se tem saído bem em nenhuma das frentes: a pandemia voltou a estar descontrolada e não se vai conseguir evitar perdas económicas brutais, já nem mencionando

“Portugal é, e sempre foi, um país pobre. Este nosso fado nacional impede-nos de dar uma resposta mais musculada à crise”

a dor que é ter todos os dias centena e meia de mortes. Confesso-me francamente pessimista em relação a este segundo confinamento “geral”. A perceção do risco diminuiu e há um relaxamento e um cansaço generalizado nas pessoas.

Portanto, o balanço que faço é negativo: as medidas (sejam as restrições, sejam os apoios pelos quais as pessoas desesperam) têm surgido demasiado tarde, são mal explicadas e nem sempre têm a consistência técnica e lógica que seria de esperar quase um ano depois.

“As situações de exceção não são boas conselheiras”

VE - Quais são as reformas legislativas mais urgentes?

NCN - Creio que as situações de exceção não são boas conselheiras. Ou seja, não é no meio de um estado de emergência ou de uma crise que se devem fazer grandes reformas legislativas. Neste momento, temos de nos empenhar e concentrar em sair desta situação, apostando, por exemplo, numa vacinação bem mais rápida. Mas, quando a pandemia passar, existem algumas lições que terão necessariamente de se traduzir em legislação, a começar por uma lei séria de emergência sanitária que nos tire desta situação caricata de vivermos há meses com um estado de exceção cons-



“O Estado não pode ficar para si com as verbas da denominada ‘bazuca’, e tem de as saber injetar na economia”, afirma Nuno Cerejeira Namora.

titucional que já toda a gente banalizou.

Depois é preciso começar a pensar em formas de reanimar o tecido económico e de garantir níveis altos de empregabilidade a curto prazo, para evitar que o país perca, novamente, mais meia década. O facto é que Portugal é, e sempre foi, um país pobre. Este nosso fado nacional impede-nos de dar uma resposta mais musculada à crise. Mas não pode ser com soluções estatizantes: Portugal depende da iniciativa privada.

VE - Em sua opinião, está a haver uma incidência crescente das normas europeias sobre as empresas e cidadãos nacionais?

NCN - Toda a legislação da União Europeia que sirva para harmonizar a atuação dos diversos Estados-membro, de modo a que funcionem verdadeiramente como um mercado único em termos de regulação, podem ter o seu interesse e a sua utilidade. Mas uma coisa parece-me essencial: a

UE só deve intervir em espaços em que a sua ação acrescente valor. Por outro lado, deve haver algum resfriamento na tentação que a Europa terá de condicionar os apoios que estão previstos a medidas a aplicar nacionalmente, nomeadamente as famosas reformas estruturais. No passado, esse tipo de pensamento produziu resultados infelizes. Os apoios devem ser lançados na economia para apoiar projetos estratégicos para o futuro dos países, designadamente a transição digital, o aumento da competitividade, o reforço da coesão territorial, a diminuição das desigualdades.

Ora, se comungamos neste projeto europeu que tem certos propósitos que são conhecidos, é natural que fiquemos cada vez mais sujeitos ao Direito da União Europeia, que em todo o caso tem quase sempre um escopo regulador, harmonizador e protetor das empresas e dos cidadãos.

Por isso, o Estado não pode ficar para si com as verbas da denominada “bazuca”, e tem de as saber injetar na economia.

Novo escritório em Lisboa

A Cerejeira Namora, Marinho Falcão começou a trabalhar já no primeiro dia de 2021 nas novas instalações do seu mais recente escritório em Lisboa. Situado no Edifício Castil, no cruzamento entre a Rua Castilho e a Braamcamp, o novo espaço conta agora com uma decoração moderna e totalmente renovada.

Este escritório representa um total alinhamento com a estratégia de crescimento que está planeada para a sociedade nos próximos anos, mas também, segundo Nuno Cerejeira Namora: “um sério compromisso com a cidade de Lisboa onde a nossa atividade tem vindo a crescer nos últimos anos e onde os clientes procuram uma resposta mais rápida e exigente da nossa parte”.

O novo escritório de Lisboa foi concebido para privilegiar o conforto dos espaços comuns e de clientes, estando alinhado com as necessidades e estratégia de crescimento da sociedade.